

Jovens Estudantes e Idosos: suportes geracionais em contexto metropolitano

Alda Teixeira Gonçalves
Orlando Garcia
Sérgio Mah

Trânsitos geracionais metropolitanos

Esta comunicação insere-se num conjunto de materiais e produtos que têm resultado de uma sucessão de trabalhos investigativos que a equipa constituída pelos autores, vem desenvolvendo há cerca de 3 anos no Concelho de Cascais (CMC e CEIA-ISSSCoop). O principal objectivo geral tem sido o de decifrar configurações, efeitos e dinâmicas das políticas sociais no âmbito local (concelho, freguesias e localidades) e, simultaneamente, a dinamização de leituras esclarecidas incorporadas nos agentes e a animação de propostas e disposições prospectivas.

Cascais tem condições para ser um território exemplar de *metropolitanidade*: é parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que engloba 19 concelhos, e é um dos 8 concelhos da Grande Lisboa. Em números redondos, a AML concentra 27% da população portuguesa: dois milhões e meio de habitantes nos Censos de 1991 e uma estimativa de cerca de três milhões na actualidade. Cascais tem fronteiras de interface com Sintra e com Oeiras e uma forte relação com Lisboa. É de notar que estes 4 concelhos (Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra) concentravam em 1991 cerca de metade da população total dos 19 da AML (~1.229.000), ou seja, na actualidade cerca de milhão e meio. Muitos indicadores apontam para a evidência de um "eixo nervoso" de centralidade na AML, constituído precisamente pela sequência Lisboa-Oeiras-Cascais-Sintra. A chamada *Linha* (o norte do estuário Tejo-Atlântico) é efectivamente uma faixa de concentração da AML.

Pode considerar-se que o nosso caso metropolitano está num patamar nitidamente europeu, encontrando-se em consonância com as médias dos países mais desenvolvidos. Em números redondos, dos seus 200.000 habitantes, metade vive bem (das classes médias às altas) e na outra metade a maioria é gente remediada, havendo também uma "mancha deprimida" (15.000 no núcleo duro mais 15.000 nas envolvências, o que atinge cerca de 15% do total concelhio). Os maiores esforços em termos de políticas sociais focalizam os dois segmentos geracionais onde as incidências da intervenção e promoção sociais são mais acentuadas: os juniores e os seniores. O contingente da população estudantil residente no concelho anda na ordem dos 30.000 e o contingente dos idosos anda acima dos 25.000. Foram precisamente estes os dois campos de estudo eleitos para as abordagens qualitativas da investigação diagnóstica e que constitui a rectaguarda empírica da reflexividade que se procura nesta comunicação.

O nosso concelho exemplo faz parte intrínseca de uma teia de pendularidades circulares, especialmente intensas e dinâmicas, no casco central da área metropolitana: é uma das sete extensões capitais e recobre um leque muito alargado nas modalidades de "trânsito social" (residentes permanentes, residentes sazonais, residentes ocasionais, activos para fora e activos para dentro, frequentadores habituais e frequentadores ocasionais).

Procuramos aqui equacionar questões que estão a ficar típicas nos modos de vida urbanitas metropolitanos: como resolver a animação de dinâmicas desejáveis nas redes de suporte dos que são configurados como não-activos. Grande parte dos efeitos e consequências da modernidade urbano-terciária reflectem-se nas camadas geracionais que mais dependem de suportes e de

retaguardas integradoras: os mais novos em socialização intensa e matricial (ou seja, projectiva para o futuro imediato) e os mais velhos em complexas mudanças identitárias e com necessidades cada vez mais evidentes de *redes de cuidados*. Para os juniores é preciso ir resolvendo o como aprender a bem viver na sociedade actual. Para os outros é preciso resolver o *bem-estar* suposto para a terceira idade nos padrões civilizacionais que o próprio senso comum amplamente reconhece. Mas as vidas urbanitas quotidianas têm protagonizado tantas transformações que se tornou complicado resolver as diversidades no universal e no casuístico, com as continuadas reformatações nas categorias típicas e atípicas.

Estudantes e Idosos são categorias de ordem familiar. Estamos num tipo de contexto em que encontramos um leque alargado na tipologia das famílias e dos núcleos domésticos, desde a família tradicional aos casais sem filhos, às famílias reformatadas, aos celibatários e grupos domésticos electivos. As dinâmicas estruturais estão no sentido da nuclearização e diversificação, à semelhança do que ocorre nos outros contextos com "ambiente de capital". Uma malha de urbanidade de fundo em que são mais intensas as transformações e remodelações na esfera da vida privada-doméstica, o que tem múltiplas consequências em vários planos da vida social.

Enquadramentos da geração estudantil

O envolvimento das famílias e da comunidade na vida da escola tem vindo a constituir-se como um dos temas mais relevantes na agenda da política educativa em Portugal. Este processo é constatável pelo discurso e expectativas das entidades tutelares, como também é evidenciado pelo esforço legislativo que crescentemente tem consagrado e incentivado o direito de associação e representatividade dos encarregados de educação, como membros de pleno de direito, em órgãos de poder deliberativo a diversos níveis do sistema educativo.

Para além de se poder enquadrar esta concretização jurídica como o resultado de uma "obrigação política", deve-se também reconhecer que este processo é igualmente impulsionado pela generalizada constatação de falhas e insuficiências no sistema educativo, em especial os que decorrem do estado crítico da legitimidade e da governabilidade de um sistema educativo centralizador e, correlativamente, pela crescente inadequação de um modelo pedagógico monocultural.

Actualmente, é nítida a preocupação na adequação territorializada da oferta escolar, o que passa pela convocação activa dos agentes locais, bem como pela criação de condições que permitam uma maior atenção às necessidades e aos problemas concretos de cada contexto sócio-educativo. É uma mudança crucial na definição da escola que implica, cada vez mais, a convocação para o interior dos territórios educativos de actores sociais que não cabiam anteriormente na sua definição tradicional, porque eram considerados exteriores a ela. Durante muito tempo as regras e a natureza deste envolvimento eram exclusivamente determinadas pelas autoridades escolares que admitiam os encarregados de educação como auxiliares ou colaboradores da acção educativa da escola, e nunca como «parceiros» e/ou «co-decisores».

Tornou-se claro que a educação escolar é da responsabilidade das escolas e dos professores e é matéria de direito para os alunos e para as famílias dos alunos, mas também é assunto para os membros e entidades da comunidade, para as agências locais vocacionadas para o trabalho, o apoio social e os serviços de saúde.

O despertar da instituição-escola como espaço de cultura(s)

Acompanhando os fenómenos de abertura da sociedade portuguesa e espelhando as expectativas de uma cada vez maior classe média, tem-se assistido, nas últimas décadas, a um movimento acelerado de escolarização, facto que concretiza a universalização do sistema educativo, mas ao mesmo tempo coloca novos problemas, sejam uns específicos da escola (exigências técnicas, científicas e pedagógico-didáticos), sejam outros de âmbito mais vasto, como as diferenças sociais e culturais e a evolução das oportunidades face aos requisitos de uma escola em modernização. Simultaneamente acentuam-se as clivagens entre gerações no plano dos *denominadores-comuns* que se reflectem em diferentes sentidos práticos incorporados.

Estando estabelecida a universalização da educação e o alargamento da escolaridade mínima obrigatória para nove anos, uma grande massa de alunos não só entra na escola, como se mantém dentro dela durante um período bastante alargado. A consequência desta generalização é a formação de uma população estudantil crescentemente diversificada e simultaneamente com um mesmo caldo geracional, cada vez mais *produzido* (em relação às gerações anteriores).

O aparecimento da escola de massas no Ensino Básico, sobretudo nos anos 80, e no Ensino Secundário, sobretudo nos anos 90, deu origem a uma realidade propulsora de novas situações e novos desafios, tanto mais difíceis de resolver quanto mais diversos se apresentam os modelos familiares e quanto menos abrangentes se apresentam as estruturas de apoio às crianças e aos adolescentes.

Hoje, as escolas públicas, nomeadamente em meio urbano-metropolitano, são frequentadas por uma população culturalmente fragmentada, abrangendo crianças e adolescentes procedentes de diversas origens familiares, sociais, económicas, culturais, étnicas e linguísticas. Com a crescente desmobilização do serviço militar obrigatório e com o refreamento das "práticas de paróquia e de igreja", a escola tornou-se na única instituição que continua a socializar grupos inteiros de pessoas da mesma geração e, nesse sentido, passou a reproduzir a multiculturalidade que caracteriza a sociedade portuguesa dos anos 90. Embora sugerindo novas potencialidades, a escola teve inevitavelmente de confrontar-se com novos desafios sociais e pedagógicos, facto que tem suscitado aos professores dificuldades novas, mas também novos impulsos de criatividade e novas soluções.

Daí que se tenham desenvolvido tensões entre as complexas dinâmicas de modernidade e as condições identitárias das populações a escolarizar. Por outras palavras, este processo de modernização da escola e das escolaridades viu-se confrontado, na sua lógica centralista e homogeneizante, com uma imprevisível (e surpreendente) diversidade de condições de estudante. O desafio que entretanto se coloca é, pois, o engendramento de formas de rearticular, democraticamente, o mosaico cultural que inevitavelmente aparece e domina a escola moderna.

Nestes contextos, as relações intra-escola começam a ter que ser entendidas como relações entre diferentes culturas, em que o protagonismo da escola deve ser descentrado, ou antes, centrado de forma abrangente pela multiculturalidade que enforma a comunidade educativa. E este cacho de culturas não atinge apenas a relação entre professores e alunos, mas igualmente na relação entre os professores e os encarregados de educação. Também aqui se constata essa tensão entre modernidade e identidade - além das diferenças culturais, é de referir a tensão decorrente das diferenças entre a realidade de uma nova escola e a perspectiva de uma escola entendida "à maneira tradicional", tal como foi vivida pelos familiares-adultos dos actuais estudantes.

Alterações demográficas e do comportamento familiar

A família tem sido ao longo dos tempos o espaço educativo por excelência. É o núcleo central do desenvolvimento ético, afectivo e cognitivo, onde é proporcionado à criança e ao jovem um contexto de socialização primário conducente à construção de uma existência própria.

Contudo, é inequívoco que no contexto das sociedades (pós)modernas, as famílias têm revelado novas características, disposições e atitudes, e essas alterações têm induzido a novos comportamentos face à educação, sendo actualmente um dos factores de maior pressão para a necessidade de repensar a escola, a socialização e a importância da pluralidade e variedade de agentes educativos.

Salientam-se algumas mudanças cruciais, especialmente nítidas em contexto metropolitano, que podem ser ilustradas com indicadores já sistematizados e analisados no real concreto que está na base desta reflexão:

- crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho – Actualmente, calcula-se que mais de metade das mulheres portuguesas (metropolitanas) com filhos-crianças trabalhem fora de casa, e é de crer que este contingente de mulheres tenda a crescer. As razões para este fenómeno não se prendem apenas com as condições económicas e sociais. O factor educacional será certamente decisivo, na medida em que nas últimas décadas, tem-se registado uma intensa escolarização da sua população feminina (intensa em termos absolutos e em termos relativos face à população masculina) facto que tem conduzido a uma relevante elevação das expectativas profissionais deste grupo social. É uma mudança social que tem hoje implicações muito relevantes que se prendem, entre outras dimensões, com as representações da família, sua organização e dinâmicas conjugais, e comportamento face à natalidade e educação dos filhos.
- nuclearização dos agregados familiares com a ausência dos avós e outros familiares significantes. Este fenómeno tem como consequência uma drástica redução no número de elementos das famílias, nomeadamente na dimensão das fratrias e no afastamento em relação aos avós, situação que tem limitado a família enquanto estrutura de suporte afectivo das crianças e jovens.
- número crescente de famílias monoparentais e consequente aumento do número de crianças a viver com apenas um progenitor, sendo que um dos principais factores é o aumento das taxas de divórcio/separação familiar.
- por fim, destacam-se as alterações dos ritmos de vida como o aumento da distância geográfica entre a casa e o local de trabalho, e seus efeitos consequentes nos momentos e intensidades de interacção familiar.

Para além da crescente heterogeneidade dos alunos, que referimos anteriormente, tem-se verificado, sobretudo nas áreas metropolitanas, que as redes "de proximidade" (antropológicas) de apoio e desenvolvimento da população jovem são cada vez mais restritas, em virtude da enorme alteração cultural-grupal nos ambientes familiares e nas redes de apoio das vizinhanças. Estes desfasamentos em relação ao modelo anterior manifestam-se, por exemplo, na diminuição progressiva dos campos experienciais de interacção e de aprendizagens recíprocas entre pais-filhos, no acréscimo dos tempos que as crianças e adolescentes permanecem a sós sem a presença modelar de uma significativa figura adulta e sem inserção em tertúlias de proximidade caseira.

Todas estas tendências têm vindo a criar novos constrangimentos à escola, dado que uma parcela relevante de crianças desfruta de um limitado e intermitente acompanhamento familiar, como também não tem acesso a espaços de ocupação de tempos livres.

A família, apesar de se manter como um meio privilegiado de contactos e de interacções, tem cada vez mais dificuldades em assegurar satisfatoriamente as funções educativas que lhe estavam tradicionalmente atribuídas. Como

consequência, o território da família tem sido progressivamente ocupado pelo sistema escolar, tanto no plano afectivo como no plano funcional.

As transformações nas estruturas familiares levaram a escola a assumir funções de suplência da família, pelo que se torna necessário reconstruir os ambientes educativos favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal e interpessoal. A escola começa a ser entendida como um centro multifuncional (de educação, de apoio social e de experiências culturais) em interacção com as características e necessidades da comunidade. Esta é a concepção que começa cada vez mais a ser assinalada pelos especialistas da educação, uma escola que não se limite à função de transmissão de conhecimentos, sendo-lhe também exigida a função de animação cultural e de formação para a cidadania.

É neste sentido que o desenvolvimento das relações entre escolas e famílias tende a ser encarado como uma tentativa de requalificar a socialização familiar e comunitária. Mediante um protagonismo mais aberto e congregador, a instituição-escola estimula, consciencializa e responsabiliza as famílias para a animação de um ambiente educativo nas várias frentes da vida quotidiana. Em última análise, poder-se-á dizer que a aposta num maior envolvimento parental e comunitário pode traduzir-se, simultaneamente, num maior controlo mútuo entre as escolas e as famílias.

Escola-Família: os (des)contornos de uma relação em (des)construção

A relação entre as duas instituições que partilham a responsabilidade de socialização e educação da população jovem, tem sido muitas vezes difícil ou "frustrante" e, às vezes, marcada pela frequência de interacções negativas. Na história habitual, repetida pelo senso comum, chamados pelos professores ou por iniciativa individual, a ida à escola reflectia a existência de problemas: mau comportamento do aluno, fraco aproveitamento, violência e delinquência na escola, dificuldades de relacionamento entre professor e aluno. As excepções a este tipo de contacto, eram as presenças em festas ou eventos a acontecer na escola nas datas-padrão (Natal, Fim do Ano, etc.).

Hoje, sabe-se, atendendo às novas condições da instituição-escola no seio de uma sociedade modernizada, que esta situação é insustentável no quadro de uma perspectiva de sucesso escolar global e democrático. A mudança está em curso, no entanto, se por um lado, do ponto de vista teórico, as vantagens de uma colaboração estreita entre as escolas e as famílias, através de um diálogo aberto, permanente e construtivo, parecerem reunir um consenso mais ou menos generalizado, por outro, a prática tem-se revelado paradoxal e o diálogo tem sido desigual e, muitas vezes, inexistente.

Continua-se numa situação geral em que o envolvimento das famílias é pouco efectivo, circunstancial e intermitente e, numa relevante parcela, distante ou indisponível. Muitos professores consideram que o acompanhamento dos encarregados de educação no processo de aprendizagem é manifestamente deficiente: não visitam a escola nem contactam os professores, não auxiliam nem incentivam o aluno na realização das várias tarefas escolares, não participam nem se interessam pelas actividades desenvolvidas pela escola.

As escolas e os professores continuam a criticar o fraco envolvimento e responsabilização das famílias na realidade escolar dos alunos, mas, paradoxalmente, as escolas e os professores revelam também muitas indecisões quanto às formas de estimular, aceitar e animar esse envolvimento, além de que alguns professores continuam a revelar alguma relutância no que se refere ao contacto com os EEs "mais críticos" e à manutenção de contactos frequentes.

A tentativa de institucionalizar a representatividade de todos os actores envolvidos na vida educativa, constitui-se como um primeiro patamar de ruptura com o modelo anterior. Porém, na prática, a actual participação é mais simbólica do que real, sendo concebida de um modo meramente formal e minimalista. O

modelo predominante ainda configura um estabelecimento escolar fechado sobre si próprio, admitindo a presença do exterior nos momentos de cerimónias. Sabe-se que algumas escolas já estão a mostrar alguns sinais de modernidade, todavia, também se sabe que são excepções à regra.

Daqui ressalta a questão da capacidade para resolver estes cruzamentos entre escola e família e da necessária reflexividade sobre os meios e processos. Tendo por base as várias incursões investigativas realizadas sobre esta matéria, é possível destacar os principais factores de constrangimento nas relações entre escolas e famílias:

- conflito de competências entre EEs e professores. A própria atitude dos professores face à relação Escola-Família-Comunidade não é pacífica. Se alguns reconhecem que pouco se fez para interagir para além do problema ou da preocupação, outros defendem que a participação activa das famílias na escola representa uma ilegítima ingerência no território da escola e nos seus processos "especializados" de aprendizagem. Os professores menos afectos à mudança parecem preferir que a função e o papel das famílias nas escolas não ultrapasse a estrita participação e ajuda em tarefas procedentes de actividades concebidas e arquitectadas pelos próprios professores, na medida em que abrir a escola para as famílias e comunidade significa redefinir a estrutura social existente na escola. Quer por estas e por outras razões, verifica-se ainda por parte dos professores e das famílias um nível recuado de expectativas e possibilidades relativamente ao envolvimento familiar na escola
- falta de condições que são dadas para a participação dos pais, que se traduz no afastamento a que a maioria dos pais se remete em relação às modalidades de participação que lhes são propostas. Por exemplo, apesar das reuniões entre os professores e as famílias serem vistas como uma estrutura de participação, elas realizam-se, em muitas escolas, por um mero formalismo legal e desinseridas de uma cultura e de uma prática de colaboração-participação.
- limitada representatividade e falta de mobilização dos encarregados de educação. Não é ainda evidente a existência de um movimento associativo dos pais e encarregados de educação. No global, existem poucas associações, a sua actividade é descontinuada e, normalmente, assumida por faixas restritas do espectro social. Além disso, determinado também pela não existência de uma substantiva base social de apoio que potencie uma maior autonomia, constata-se que, na prática, são raras as actividades especificamente destinadas para as famílias e, neste quadro, muitas associações operam em função dos objectivos da escola e do seu corpo docente, operando como uma prestação de serviços voluntários para acções em que são necessárias ajudas extraordinárias.
- fraca preparação e motivação dos professores para a animação desta relação. Apesar da grande maioria dos professores reconhecer a importância de um maior envolvimento parental, constatam-se muitas dúvidas e hesitações quanto aos meios e modalidades mais adequadas e inovadoras para se efectivar essa aproximação. Sem (in)formação orientadora, as respostas tendem a ser tímidas ou excessivamente tradicionais.
- formalismo das estruturas e dos processos de participação utilizados. Outro dos obstáculos reside no facto de a maior parte das escolas serem difíceis de alcançar pelas famílias, ou seja, estão estruturadas de uma forma que as afasta das famílias e têm uma cultura que as impede de responderem às necessidades das famílias. Os espaços e os canais que potenciam essa relação decorrem mais da cultura normativa da escola e menos das necessidades e características da população utente. São poucos os casos de *formatação* aos contextos.

Em todo o caso, e apesar de todos estes obstáculos, nota-se que o contingente de cépticos é menor, estando cada vez mais enraizado o princípio de que a participação das famílias na educação escolar das crianças e jovens, é não só um direito e uma obrigação, como um valor e um recurso fundamental no desenvolvimento cognitivo e psicológico dos alunos.

Com base na experiência empírica da presente equipa tem sido possível constatar várias tendências de mudança e, apesar das vulnerabilidades que atravessam as escolas metropolitanas, nas suas singularidades e dicotomias específicas, identificam-se dinâmicas de vanguarda que reflectem a presença de elaborações de escola com um acentuado pendente qualificante, onde se aperfeiçoam as respostas formativas e se ensaiam novos percursos e soluções operativas. As escolas estão a perder um pouco da sua opacidade.

No concelho metropolitano que tem vindo a ser trabalhado, foram desenvolvidos dois inquéritos (concebidos em correlação) aplicados a encarregados de educação e a alunos. As amostras adoptadas envolveram 14 estabelecimentos de ensino que, para além dos inquéritos, constituíram o principal campo de observação empírica nas dimensões em estudo: relações escola-família e família-escola, projectos e redes de projecto que envolvam ligações à comunidade e centros de recursos que materializem as funções mais cívicas das escolas.

O principal alvo de interesse no plano dos encarregados de educação, foi nos que envolvem alunos em frequência nos 2 primeiros ciclos da educação básica. Porque constituem a principal preocupação e responsabilidade autárquica, porque são os mais *futuríveis*, ou seja, aqueles que estarão em acção educativa mais intensificada nos próximos 5 a 8 anos e que poderão ser portadores de condutas desejáveis em tempo imediatamente útil (no curto e médio prazo). A amostra dos alunos foi mais centrada em estabelecimentos que asseguram escolaridades mais avançadas, com predominância do 3º ciclo e da transição para o Secundário.

Os resultados dos 926 inquéritos respondidos dão-nos algumas indicações acerca das relações com a vida escolar por parte de Encarregados de Educação metropolitanos. Na maioria são mães e, pelo menos 1/3 dos EEs acham normal que assim seja. Metade tem da escolaridade europeia para cima (9 anos para cima). Mais de metade vivem nas proximidades da escola.

Com o cruzamento de informações, configura-se desde o principio da explicitação dos resultados, que metade procura contactar com a escola de forma regular e, nessa metade, há cerca de 1/4 que procura contactos com bastante regularidade e um núcleo duro, que andarà na ordem dos 10%, que são os/as insistentes. A outra metade divide-se entre cerca de 1/3 que raramente ou nunca lá vai e cerca de 20% que só vai em momentos especiais e esporádicos. Os principais motivos das idas têm a ver com o *controlo*.

Já é maior o acompanhamento caseiro das actividades escolares, uma vez que é prática corrente de 2/3 dos EEs (confirmado pelos alunos). Consequentemente há 1/3 dos EEs que acompanham pouco e esporadicamente (1/4 não estuda com os filhos), dos quais há cerca de 10% que estão completamente alheados. Como seria previsível, os acompanhamentos caseiros são tanto mais frequentes quanto mais novos e menos escolaridade tiverem os educandos. A metade dos alunos agrada-lhes que os EEs estudem com eles, o que também é tanto mais nítido quanto mais novos e menos escolaridade têm. Acima de 2/3 dos EEs, classificam-se e são classificados pelos filhos estudantes de "exigentes".

Há discrepâncias entre as visões dos EEs e as dos alunos quanto à importância da família e dos professores. Pode considerar-se que um dos resultados mais relevantes relaciona-se com a primazia da importância da figura dos professores. Acontece que os EEs dão mais importância ao papel dos professores do que os próprios alunos. Consideram que é com quem os educandos aprendem mais.

Os alunos dão tanto mais importância aos EEs quanto mais velhos e mais escolaridade têm. Será que a partir do Secundário começam a esgotar-se as suas disposições de relacionamento com os professores? Relativamente à influência familiar, 3/4 dos alunos valorizam-na significativamente, o que ocorre só com cerca de metade dos pais.

São um pouco mais de metade os que acham que deveriam ir todos os meses á escola, o que levanta algumas reservas a mais de metade dos alunos, sobretudo aos mais velhos e de maior escolaridade. Há 1/4 dos EEs que recorrentemente manifesta reservas a maiores envolvimento na vida das escolas.

São 2/3 os EEs que gostariam de ter informações mais frequentes acerca dos seus educandos, provavelmente os mesmos que se declaram dispostos a intensificar as suas participações na vida escolar, dos quais, cerca de metade se manifestam muito disponíveis. Cerca de 20% dos pais e 40% dos alunos são reservados quanto à ideia de que as escolas estarão interessadas em maiores participações por parte dos EEs. A grande maioria dos EEs (na ordem dos 80%) reconhece a importância cultural da escola em relação às trajectórias futuras dos educandos.

Numa panorâmica geral, fica-se com a ideia de que *o sistema ainda não potencializou suficientemente os recursos existentes e disponíveis no plano do desenvolvimento e qualificação das condutas co-educativas.*

Actualmente, e na sequência de várias “conquistas parcelares”, a grande questão já não é a de saber se há um lugar para as famílias na escola, mas sim qual o lugar que estas podem ocupar. Importa descobrir o espaço de implicação destas na escola, sendo que o que está agora verdadeiramente em causa é a possibilidade de redefinição dos papéis tradicionalmente atribuídos aos agentes educativos e socializadores, tendo em vista uma colaboração mobilizante em que as escolas desenvolvem um conjunto de acções *com* as famílias e não *para* as famílias.

Atendendo à complexificação da vida escolar, as escolas necessitam da colaboração das famílias e dos agentes comunitários. Só com uma efectiva generalização de uma cultura de colaboração-participação na vida escolar se torna possível adaptar a escola à sua realidade específica, possibilitando reconceptualizar a escola em função das suas necessidades educativas e das singularidades socioculturais da sua população - *conhecer, desbloquear, partilhar, negociar, concertar, potenciar*, são princípios essenciais para as transições em curso.

Neste sentido, a cultura de colaboração-participação pode promover um sistema de interacções regulares, que se estabelecem entre os diferentes actores envolvidos no processo de socialização-formação dos jovens. Primeiramente, com o objectivo da melhoria da qualidade de ensino, mas também procurando facilitar o contacto entre os agentes locais, mobilizar recursos e reforçar a imagem da escola na comunidade.

A concluir, o que está em jogo é a emergência de um novo paradigma de relações em meio escolar, em que está cada vez mais claro que o desenvolvimento e a formação das crianças e dos jovens implicam a consciencialização de que nenhuma instituição ou actor social pode assumir isoladamente essa responsabilidade. A noção de parceria, enquanto assunção da ideia de responsabilidade colectiva, assenta no princípio de que as condições para um sucesso escolar global e democrático se encontram distribuídas por todos os actores envolvidos na socialização das crianças e dos jovens, independentemente do seu posicionamento social, económico, político, cultural, linguístico e étnico.

Envelhecimento e Idosos

Conhecidas que são as tendências de envelhecimento das sociedades actuais, elas encontram-se relacionadas com a demografia e vêm constituindo preocupação científica e investigativa de várias áreas e autores no domínio das Ciências Sociais.

Em relação à questão demográfica, os principais eixos norteadores da reflexão parecem assentar: (1) na evidência de que os índices de mortalidade e as taxas de natalidade vêm registando um acentuado declínio – responsável pela situação de duplo envelhecimento - com tendências futuras de agravamento, embora Portugal seja ainda um dos países menos envelhecidos da Europa; (2) a par com esta situação, as evoluções médico-científicas e a melhoria das condições de higiene, salubridade e condições de vida globais originaram o aumento da esperança de vida, com a dilatação dos grupos etários mais elevados, isto é, biologicamente envelhece-se cada vez mais tarde e, espera-se, cada vez com mais saúde e melhores condições de vida; (3) a *velhice decretada* acontece cada vez mais cedo (com as pré-reformas a surgirem perto dos cinquenta e as reformas aos 65), tratando-se neste caso, de um processo que institui a reforma com base num critério etário e não num critério de competência e eficácia e, (4) não pode deixar de se referir a actual tendência de feminização da velhice.

A questão da *velhice decretada* articula-se com outros eixos importantes pelas repercussões que vem originando nas estruturas organizacionais da sociedade: actualmente há cada vez menos activos a suportar o peso dos seus ascendentes idosos (e também dos seus descendentes – crianças e jovens).

A reforma e a sua generalização é um direito de cidadania adquirido, contudo, ao fazer com que a velhice seja entendida como uma categoria social específica, objecto de medidas políticas, ao determinar uma alteração da posição e do estatuto dos indivíduos no processo produtivo, transforma-os em inactivos, improdutivos, dispensáveis... Portanto, em vez de uma concepção integrada e integradora do ciclo de vida, verifica-se uma ruptura entre duas fases da vida e duas idades: a activa e a pós-activa.

Dois questões principais ressaltam: por um lado, os idosos deixam de produzir, mas continuam a ter necessidades, algumas delas mais específicas (como é, em algumas situações, o caso particular dos cuidados de saúde) e, portanto, a necessitar de consumir, por outro lado, os seus rendimentos baixam significativamente em relação à fase produtiva.

No âmbito deste estudo de caso metropolitano, observa-se um grupo populacional predominantemente feminino, em muitos casos com pensões mínimas (por descontos inexistentes e/ou tardios) ou apenas com pensões de sobrevivência nas situações de viuvez e conseqüentemente em situação de maior fragilidade e vulnerabilidade sócio-económica.

Excluídos do sistema produtivo, vêm diminuídas as suas capacidades de acesso ao consumo, numa altura do seu ciclo de vida em que poderiam estar mais predispostos, porque temporalmente mais disponíveis, para um lazer qualificado (turismo, viagens, passeios, visitas a museus...) e/ ou outro tipo de actividades alternativas.

É claro que, deste tipo de equacionamento decorre o designado envelhecimento social, com algumas particularidades e com diversidades no seio de uma aparente homogeneidade, pois nem todos os idosos compartilham os mesmos problemas e nem todos se encontram na mesma situação, já que também neste grupo etário se reproduzem (e até se ampliam) as mesmas diferenças estruturais da sociedade na qual se inserem.

Assim, evidencia-se uma heterogeneidade que se relaciona com a forma como os idosos encaram e vivenciam esta experiência nova (em ruptura com a sua situação anterior), que os coloca fora do mercado de trabalho e, portanto, do ciclo produtivo. Deste ponto de vista este grupo populacional é marginalizado e excluído (por decreto), com base no factor idade. Relaciona-se ainda com distinções entre sexos e as suas respectivas histórias de vida, com a forma como apreendem e interiorizam as imagens veiculadas pelos "outros" (a sociedade em geral e os *média* em particular), com conseqüências que se reflectem sobre a (re)construção das suas auto-imagens, isto é, na reactualização das suas identidades.

Isto significa, considerar que não há uma forma de envelhecimento ou de velhice uniforme, universal, mas uma velhice no plural, com grupos etários diversos e necessidades sociais distintas.

Redes de Suporte para a Geração Idosa

O envelhecimento e a velhice têm sido alvo de mutações sociais e representacionais, ao longo dos tempos: «*desde a imagem de uma velhice como fonte de sabedoria [nas sociedades tradicionais, quando ser-se velho era um acontecimento raro] a uma velhice dependente e isolada (financeiramente e culturalmente) a uma velhice reformada ou pensionada, com a universalização dos sistemas de reformas da Segurança Social.*» (GIL, 1999)

Hoje observa-se uma clivagem e um distanciamento social entre uma velhice autónoma e uma velhice dependente. Esta última integra os que se encontram em maior situação de risco¹, devido a situações de dependência física, psicológica e social. Em oposição, a velhice autónoma demarca-se da anterior, na medida em que ao inserir-se num “sistema de trocas recíprocas” em redes sociais próximas (filhos adultos e netos, vizinhos, amigos) possui um papel importante em termos de solidariedade intergeracional. E neste estudo foi possível encontrar exemplos destes dois tipos de situação.

Contudo, no caso da velhice duplamente dependente, isto é, institucionalizada, ela apresenta configurações específicas: parece ser mais solitária, predominantemente feminina, marcada pela viuvez, pouco escolarizada e com poucos recursos económicos, ela procura nas instituições funções e suportes das quais necessita a diversos níveis – económico, social, afectivo e de sociabilidade e lazer.

Esta problemática das redes de suporte formal/ institucional e informal, vem suscitando discussões políticas e teóricas de várias ordens e, não pode deixar de constituir uma preocupação inscrita nas agendas políticas das instâncias governativas, nomeadamente porque faz questionar sobre a capacidade/incapacidade de respostas por parte do Estado-Providência e sobre o papel das solidariedades intergeracionais (familiares) nos cuidados aos (seus) mais velhos.

A postura de teóricos e políticos tem feito ressaltar a ideia de que, em Portugal, face a um Estado-Providência que emergiu tardiamente, «*a fragilidade do sector mercantil de produção de serviços sociais e o desenvolvimento limitado do sector público neste domínio tornaram indispensável o recurso às solidariedades primárias baseadas sobre a família, o parentesco ou a vizinhança.*» (Hespanha cit. Por Esteves, 1995). Nesta óptica, é na vitalidade de uma eventual sociedade providência que se insiste, como capaz de constituir uma verdadeira força social que compense, de alguma forma, os défices de cobertura do Estado.

Na realidade, com as transformações essenciais de âmbito demográfico e familiar já referidas, nomeadamente com o surgimento de novos padrões de conjugalidade, observam-se alterações qualitativas e quantitativas ao nível das interajudas e mesmo da capacidade de exercício das responsabilidades familiares, o que faz reflectir e questionar a ideia de sociedade providência, sem a existência de incentivos, intervenções, políticas sociais... numa palavra, sem condições de vida condignas para assegurar o seu desenvolvimento.

O que é facto é que a problemática do envelhecimento e da velhice – e em concreto a resposta à questão de saber o que fazer com os idosos – deve ser reflectida e equacionada de forma integrada e sistémica, na medida em que

¹ Alguns autores consideram que, no caso da velhice dependente se verifica uma exclusão do sistema de trocas sociais e se trata de um grupo em situação de “*novo risco social*” (Attias-Donfut, 1992, citado por Martin, 1995 e por Gil, 1999). Refira-se que este novo risco social integra-se no que Giddens, em termos de conceptualização global designa por “*Sociedade de risco*” (In *Modernidade e Identidade Pessoal*, 1994).

actualmente, as famílias se debatem com um quadro de transformações sociais complexo e problemático – o acesso das mulheres ao mercado de emprego², as instabilidades/ mudanças familiares, o desemprego, as condições habitacionais, a capacidade de mobilidade geográfica familiar, a dificuldade de acesso a serviços de saúde em horário pós-laboral, entre outros – que dificulta a existência de condições psicológicas, organizativas, materiais e económicas para assegurar cuidados sistemáticos aos mais velhos.

Portanto, a combinatória de todos estes factores tem vindo a influenciar a reestruturação e reconfiguração das relações intergeracionais e a noção de solidariedade, daí o crescente recurso às Instituições, nomeadamente públicas e IPSS's.

Importa desdramatizar as visões mais pessimistas sobre uma possível crise da família, que colocam em questão o seu papel de suporte solidário face aos seus idosos, pois o que se afigura cada vez mais importante é que cada família engendre as suas próprias estratégias em articulação com serviços de proximidade sérios e eficazes e que o Estado não se demita dos seus deveres para com os cidadãos que classificou de «improdutivos».

Contudo, as interpretações e os posicionamentos em relação às Instituições e serviços de apoio aos idosos não são pacíficos: há quem entenda estas instituições como um factor de discriminação dos idosos tendente a uma «normalização» que lhes impede a manifestação das especificidades, enquanto seres únicos e dotados de individualidade própria e há, no pólo oposto, quem as entenda com factor positivo de integração social e de desenvolvimento das suas capacidades de relacionamento e estímulo à manifestação de criatividade e exteriorização de experiências positivas.

Os Perfis dos Idosos

No contexto empírico aqui em referência, importava perceber: os perfis da população idosa inserida nas redes de suporte formais/ institucionais (equipamentos existentes, públicos ou IPSS's), bem como os perfis dos não frequentadores; os níveis de satisfação e/ou insatisfação deste grupo populacional face ao existente e as expectativas em relação ao desejável; os suportes familiares existentes e, por último detectar os modelos institucionais mais inovadores e paradigmáticos.

Metodologias cruzadas (inquérito por questionário aos idosos, entrevistas a responsáveis institucionais e recolha documental) envolveram cerca de 100 idosos e 12 instituições (das 52 existentes), com valências diversificadas³ destinadas a este tipo de população, num concelho que acompanha a tendência metropolitana com os centros urbanos mais envelhecidos e as periferias mais rejuvenescidas.

Começando pelos perfis detectados, um cruzamento dos dados qualitativos e quantitativos, permitiu estabelecer três perfis-tipo (relativos ao caso em estudo), variando em função das respectivas inserções nas redes de suporte institucionais disponíveis: «Idosos com Enquadramento»; «Idosos por Conta Própria» e «Idosos Dependentes e/ou com Assistência Complementar Regular».

Observe-se o quadro seguinte que sintetiza a informação obtida.

² No Concelho de Cascais se encontra em crescimento a taxa de actividade feminina (+5,8% na última década), situando-se acima da média da AML em 91 (respectivamente 42,4% e 40,5%, como se verifica no Quadro N.º10, in *Diagnóstico Social do Concelho de Cascais*, CEIA/ ISSS, 1998, p. 14.

³ Essas valências são: Centros de Convívio, Centros de Dia, Lares e Apoio Domiciliário.

Perfil dos Idosos – Tipologia

TIPOLOGIA	REDES DE SUPORTE FORMAL/ INSTITUCIONAL
<p>TIPO 1. IDOSOS COM ENQUADRAMENTO – Aqui se integram os indivíduos com 65 ou mais anos, que não se consideram dependentes e que frequentam e participam em actividades organizadas por instituições / equipamentos de apoio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Frequentam e integram-se, sobretudo, em Centros de Convívio e Centros de Dia ▪ Grande maioria mantém uma frequência muito regular; ▪ Principais motivos: para a maioria é por necessidade de convivência; para cerca de metade qualidade do pessoal e para um pouco mais de 1/3 é a qualidade dos serviços prestados. ▪ Em maioria estão satisfeitos, mas indicam algumas limitações institucionais.
<p>TIPO 2. IDOSOS "POR CONTA PRÓPRIA" – Engloba os indivíduos com 65 e mais anos que não se consideram dependentes e que não participam e/ ou não frequentam nem participam em actividades de cariz institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não Frequentam e Não se integram em Actividades organizadas por este tipo de instituição. ▪ A grande maioria considera que a oferta de equipamentos e serviços são insuficientes e que os preços do existente são elevados face aos seus recursos disponíveis.
<p>TIPO 3. IDOSOS DEPENDENTES E/ OU COM ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR REGULAR – Este tipo integra os indivíduos com 65 e mais anos que se consideram dependentes (física, mental e/ou psicologicamente), necessitando e possuindo serviços de apoio extra-familiar ou inserindo-se em Equipamentos de Apoio especializados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vivem em Lares e/ ou recorrem aos serviços de Apoio Domiciliário. <p style="text-align: center;">Apoio Domiciliário:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Maioria sente necessidade de apoio regular no quotidiano; ▪ Apoios mais solicitados são higiene pessoal (para mais de metade), refeições, higiene habitacional e tratamento de roupas (pouco menos de ¼ em cada caso). ▪ Estão globalmente satisfeitos. <p style="text-align: center;">Lares:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cerca de 1/3 vivem em Lar há 6 ou mais anos; ¼ vivem em lar entre 3 a 5 anos e ¼ entre 1 a 2 anos. ▪ A maioria destaca como razões de satisfação a qualidade dos serviços; um pouco mais de 1/3 destacam a qualidade das instalações e as boas relações entre os utentes. Contudo, destacam algumas insatisfações (cerca de 1/2): a maioria fala das más relações entre os utentes e da má qualidade das instalações; 1/3 destes referem ainda a falta de qualidade dos serviços.

Fonte: Adaptado de Por uma "Idade Nova" - Redes de Suporte Institucional para a População Idosa e Cenários Prospectivos no Concelho de Cascais (1999, pp. 80-82).

Em relação às expectativas expressas face à rede de apoios, os actores sociais inquiridos revelaram maioritariamente consenso em relação:

- À necessidade de aumentar a oferta da rede de equipamentos de apoio, sobretudo nas valências de Casas de Repouso e Lares (públicos ou de IPSS's), com preços acessíveis e compatíveis com a sua situação e com boas condições de funcionamento; necessidade de Centros Desportivos, ginásios e piscinas e ainda à necessidade de mais equipamentos de lazer.
- Necessidade de actividades mais diversificadas (nos CC e CD); mais distrações e formas de ocupação dos tempos livres e mais passeios e excursões.

- Em relação a uma maior gama de prestação de serviços (de proximidade), consideram necessário haver mais apoio na área da Saúde (por parte dos Hospitais Públicos); mais Hospitais de Rectguarda⁴; equipamentos e valências que também funcionem durante a noite; uma assistência domiciliária mais abrangente, transportes gratuitos e apoio à habitação.

Quanto aos suportes familiares, foi possível constatar duas situações dominantes:

- A existência de alguns apoios familiares e, portanto, uma considerável inserção familiar, indiciada pela própria análise das redes de interacção estabelecidas. A grande maioria dos idosos respondentes (utilizadores das redes de suporte institucional) referiram manter contactos frequentes e quotidianos com a família (cerca de 63% no conjunto), enquanto no caso dos não utilizadores, estes assumiram contactos familiares, predominantemente quotidianos (50%). Este facto não será de estranhar se recordarmos que a composição dos agregados familiares, já havia permitido detectar que no caso do segundo grupo - o dos não utilizadores institucionais - era maior o peso dos que viviam em família nuclear.
- Quanto ao tipo de apoios, observava-se o predomínio de apoios afectivos e conviviais, tipos de apoio comuns aos indivíduos de todas as valências e aos que estão fora delas, demonstrando que, quer sejam esporádicas, regulares ou quotidianas, as redes de relações e de interacções familiares existem, sendo muito importantes, apreciadas e valorizadas pelos idosos.

Problemáticas brevemente enunciadas e realidade empírica mais relevante referida, importa sublinhar que, sociologicamente, o envelhecimento é um processo que envolve profundas contradições: por um lado, entre perdas reais (como p. e. as faculdades físicas) e ganhos devidos à idade (como p. e. a experiência de vida e a capacidade de “viajar no tempo”); entre alterações interiores e uma linha de continuidade em termos identitários; entre uma aparência envelhecida e o reconhecimento íntimo de que algo permanece idêntico, sem envelhecer, enfim, entre a vida e essa linha indefinível que é a morte.

O envelhecimento e a *velhice plural* só pode entender-se de forma integrada e contextualizada, quer ao nível social, quer ao nível familiar no qual se desenvolve e manifesta, originando um desigual acesso à velhice. Não se pode conceptualizá-la apenas como um período específico do ciclo de vida – seria demasiado simplista e redutor – importa isso sim, levar a efeito um trabalho permanente de leitura, reflexão e (re)construção da realidade social do envelhecimento e da velhice, aí incorporando as diversas variáveis que a configuram e que corporizam a diversidade de realidades que tais vivências possibilitam.

Desafios sociológicos no quadro da complexificação intergeracional

As gerações, que estavam anteriormente intrinsecamente enredadas, têm vindo a protagonizar circuitos cada vez mais paralelos e precisam agora de gerir os seus cruzamentos. O *geracional* tem-se vindo a impor no mundo prático quotidiano, entendendo-se aqui *gerações* como grupos etários contemporâneos, ou seja, num sentido mais demográfico e relativamente simplificado. A geração jovem, a geração adulta e a geração *mais velha*.

O mundo, sobretudo em contexto urbano, está cada vez mais organizado em função das características e necessidades destes segmentos geracionais. Em cada um destes segmentos geram-se uma espécie de subculturas intra-

⁴ Capazes de garantirem cuidados em situações de altas hospitalares precoces ou de esperas para intervenções cirúrgicas, com necessidade de cuidados médicos e de enfermagem específicos.

geracionais, tanto mais fortes quanto mais especializadas são as actividades e mais distanciados (e independentes) os circuitos quotidianos de cada segmento.

Sem contrariar o que está explicitado, podemos também adoptar o entendimento historicista, defendido por Philippe Ariès, considerando uma geração como a população relativamente homogénea que corresponde àqueles que nascem no espaço de uma vintena de anos numa dada sociedade.

No nosso caso de que gerações andamos a tratar? Os mais velhos, se têm agora entre 65 e 85, nasceram entre 1915 e 1935. Os mais novos, uma vez que focalizamos na população estudantil, que tem agora entre 6 e 18 anos, nasceram entre 1980 e 1992. A geração-charneira (pais de uns e filhos, ou mesmo já netos, dos outros) é a dos que nasceram entre 1950 e 1970 e é a geração que, no meio das milhentas peripécias metropolitanas, tem que resolver as modalidades de suporte integrador das outras duas, que a contemporaneidade tornou cada vez mais duradouras e prolongadas. Esta geração-charneira corresponde a uma *geração de mudança*, no sentido mais sociológico, ou seja, grosso modo trata-se da *geração de 60* e da *geração da guerra colonial e da revolução* que tem protagonizado intensas mudanças de mentalidade e de estilo de vida e que agora tem a seu cargo a operacionalização dos suportes e a reinvenção das conexões intergeracionais. Quais serão as disposições emergentes das próximas gerações-charneira, em princípio mais individualizadas e mais intra-socializadas, para esta gestão dos suportes intergeracionais ?

A propósito dos idosos, deve considerar-se que estamos a focalizar pessoas que vêm de um tempo em que as mudanças no mundo ocorriam de geração para geração, isto é, em que havia coincidências entre o ritmo das mudanças sociais e o ritmo das trajectórias familiares, o que já não acontece na sua velhice, cuja conceptualização tem vindo a ser sucessivamente alterada.

Por seu turno, a população estudantil actual já nasceu e cresceu no labirinto metropolitano, num tempo geracional de progressiva perda de importância da família como veículo de transmissão e de educação. Um tempo em que se concentraram e intensificaram as dinâmicas intra-geracionais e em que se multiplicaram os agentes e agências de socialização. Um tempo em que as mudanças deixaram de ser *geracionais familiares* para passarem a ser *geracionais etárias*, ou seja, em que as subculturas dos contemporâneos se alteram nos seus denominadores-comuns em períodos com menos de 10 anos (entre os que andam ao mesmo tempo no infantário e depois na primária).

Estes últimos, ao mesmo tempo que se integram nestes processos e meandros de socialização secundária, vão-se afastando dos primeiros, isto é, dos seus avós e, por hipótese, dos seus bisavós, ou seja, à medida que as instâncias de socialização institucional se impõem como experiência de vida dos mais novos, os mais velhos parecem perder-lhes o rasto, pelo menos quotidiano e regular.

Nos últimos anos tem-se notado uma mudança significativa no que respeita à abordagem da relação Escola-Família-Comunidade, sendo frequente o debate na opinião pública acerca do envolvimento da família na educação das crianças e jovens. É assunto sobre o qual, cada vez mais, todos vão tendo opiniões. Esta discussão em "praça pública" acerca dos suportes das crianças e jovens em socialização está em crescendo e tudo leva a crer que se vai prolongar e apurar.

Como é sabido, a problemática dos idosos nas sociedades contemporâneas, encontra-se intimamente ligada, do ponto de vista demográfico, às conhecidas tendências de envelhecimento crescente da população; do ponto de vista económico, ao binómio herdado da sociedade industrial produtor / inactivo (reformado) e ao decréscimo dos recursos económicos; do ponto de vista social, à questão dicotómica das redes de solidariedade familiar (e outras) / solidão; do ponto de vista político e interventivo, às políticas sociais e às respostas institucionais (Estado e IPSS's) e, do ponto de vista sociológico à necessidade de articulação de todas as dimensões referidas com as complexas

mutações sociais que vêm ocorrendo a uma velocidade extraordinária, incluindo as representações sobre os idosos e o envelhecimento.

Sendo certo que nos encontramos perante novas questões sociais que necessitam de novas respostas efectivas e eficazes, aguçando a reflexividade sociológica no sentido de novos enquadramentos e contribuições para uma maior legibilidade das dinâmicas de terreno, nomeadamente quanto às condições de suporte socioeducativo da geração estudantil a às redes de suporte institucional destinadas á população idosa, é preciso a partir daí desenhar e redesenhar cenários prospectivos alternativos e/ou de complementaridade ao existente.

Bibliografia:

ALVES, Natália e Outros (1997), *Escola e Comunidade Local*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa

ARIÈS, Philippe, (1998), «Gerações», In *Enciclopédia Einaudi*, nº 36, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

BARRETO, António e PRETO, Clara V. (1996), *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público, Lisboa

BARROSO, João (1995), *Para o Desenvolvimento de uma Cultura de Participação na Escola*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa

BENAVENTE, Ana (1990), *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Livros Horizonte, Lisboa

COELHO, Victor (1997) «O idoso e a gestão do stress», in *ANAIS*, Série Sociologia, UAL, Maia

CORTEZÃO, Luiza e STOER, Stephen (1997), «Investigação-Acção e a produção de conhecimento no âmbito de uma formação de professores para a educação inter/multicultural», in *Educação Sociedade & Culturas*, nº 7, Afrontamento, Porto

DAVIES, Don (1989) (dir.), *As escolas e as Famílias em Portugal: realidades e perspectivas*, Livros Horizonte, Lisboa

DAVIES, Don (1993), *Os Professores e as Famílias*, Livros Horizonte, Lisboa

ENCARNAÇÃO, Fernanda e SANTOS, Figueiredo (1998), *Modernidade e gestão da velhice*, Edição do Centro Regional de Segurança Social do Algarve, Algarve

ESTEVES, A. Joaquim (1995), *Jovens e Idosos. Família, Escola e Trabalho*, Afrontamento, Porto

FERNANDES, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade*, Celta Editora, Oeiras

GARCIA, Orlando (1997), «Vida quotidiana e civilidade dos idosos de Almada», in *ANAIS*, Série Sociologia, UAL, Maia

GARCIA, O. e GONÇALVES, A. e MAH, S. (1998), *Diagnóstico Social do Concelho de Cascais*, CEIA-ISSS/ CMC, Lisboa

GARCIA, O. e GONÇALVES, A. e MAH, S. (1997-98), *Diagnósticos Sociais das Freguesias do Concelho de Cascais*, CEIA-ISSS/ CMC, Lisboa

GARCIA, O. e GONÇALVES, A. e MAH, S. (1999), *Relação Escola-Família-Comunidade em Estabelecimentos Escolares do Concelho de Cascais: cenários, protagonismos e perspectivas de intervenção*, CEIA-ISSS/ CMC, Lisboa

- GARCIA, O. e GONÇALVES, A. e MAH, S. (1999), *Por uma "Idade Nova" – Redes de Suporte Institucional para a população Idosa e Cenários Prospectivos no Concelho de Cascais*, CEIA-ISSS/ CMC, Lisboa
- GIDDENS, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta, Oeiras
- GIL, Ana Paula (1999), «Redes de Solidariedade intergeracionais na velhice», in *Cadernos de Política Social - Redes e Política Social*, Nº 1, 1999, Associação Portuguesa de Segurança Social
- GOMES, Rui, (1999), «25 anos Depois: Expansão e Crise da Escola de Massas em Portugal», in *Educação Sociedade & Culturas*, nº 11, Afrontamento, Porto
- LOPES, Policarpo (1997), «O parentesco, um arcaísmo ultrapassado ou uma realidade em recomposição?», in *ANAIS, Série Sociologia*, UAL, Maia
- MACHADO, Paulo (1997), «Envelhecimento e Velhice em Almada, uma abordagem sociológica», in *ANAIS, Série Sociologia*, UAL, Maia.
- MARQUES, Ramiro (1998), *Professores, Famílias e projecto educativo*, Edições ASA, Porto
- MATOS, Maria I. P. e PAIVA, Maria C. A. (Org.) (1994), *ACTAS do Congresso Envelhecer: Os Desafios do Séc. XXI*, ORGAL, Porto
- PERISTA, H. (Coord.) e FREITAS, F. e PERISTA, P. (1998), *Levantamento das Necessidades Sociais das Pessoas Idosas em Contexto Local*, Documentos Temáticos 12, Direcção Geral da Acção Social, Lisboa
- QUARESMA, Maria de Lurdes (1996), *Cuidados Familiares às pessoas muito idosas*, Direcção Geral da Acção Social, Lisboa
- QUARESMA, Maria de Lurdes e Outros (1996), *População Idosa, Análise e Perspectivas - A Problemática dos Cuidados Intrafamiliares*, Direcção Geral da Acção Social, Lisboa
- SILVA, Pedro (1999), «Escola-Família: o 25 de Abril e os Paradoxos de uma Relação», in *Educação Sociedade & Culturas*, nº 11, Afrontamento, Porto
- SILVA, Pedro e ROCHA, Cristina e VIEIRA, Ricardo (1996), «A Relação Escola-Família», in *Educação Sociedade & Culturas*, nº 6, Afrontamento, Porto
- STOER, S. e ARAÚJO, H. (1992), *Escola e Aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*, Escher, Lisboa
- VIEIRA, Ricardo (1994), «Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultural», in *Educação Sociedade & Culturas*, nº 4, Afrontamento, Porto